



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681489 - MS (2021/0227538-4)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : NATALIA HELENA DE SOUZA  
**ADVOGADO** : NATALIA HELENA DE SOUZA - MG152176  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : MARCELO CARLOS DO CARMO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCELO CARLOS DO CARMO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (Agravado de Execução Penal n. 0006396-80.2014.8.12.0005).

O magistrado singular determinou a realização de exame criminológico para fins de progressão de regime.

A impetrante sustenta que a decisão que determinou a realização do referido exame carceraria de fundamentação idônea, estando lastreada na gravidade abstrata do delito pelo qual o apenado foi condenado, violando o disposto no verbete 439 da Súmula desta Corte Superior de Justiça.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde o julgamento do presente *mandamus* em regime menos gravoso e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja determinado o deferimento do pedido de progressão sem a realização do exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado depreende-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da determinação de realização do exame criminológico, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 333-335):

[...]

*Inicialmente, cumpre frisar que a progressão de regime prisional é direito do condenado desde que preenchidos, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo.*

*O requisito objetivo resta preenchido diante do cumprimento de tempo mínimo da reprimenda, sendo utilizada a fração de 1/6 da pena, no caso de delito comum ou hediondo praticado antes da Lei nº 11.464/07, ou, sendo crime hediondo ou equiparado praticado após a Lei nº 11.464/07, necessário é o cumprimento de 2/5 ou 3/5, conforme seja, respectivamente, primário ou reincidente.*

*O requisito subjetivo, por sua vez, é demonstrado*

*através do bom comportamento carcerário, sendo que, dependendo das peculiaridades do caso e fundamentadamente, poderá o magistrado requerer exame criminológico para análise mais específica deste item.*

*Aliás, a Súmula 439 do STJ traz que, "admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada".*

*Ainda, o STF, a teor da Súmula Vinculante 26, esclareceu que "para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, **sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico**".*

*Portanto, atualmente, tem-se que a "análise do requisito subjetivo pressupõe a verificação do mérito do condenado, que não está adstrito ao 'bom comportamento carcerário', como faz parecer a literalidade da lei, sob pena de concretizar-se o absurdo de transformar o diretor do presídio no verdadeiro concedente do benefício e o juiz simples hoinologador" (STF. HC 110073, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 29.5.12).*

*É cediço ainda que o exame criminológico não vincula o juiz, pois os elementos trazidos pelo expert servem tão somente para coletar elementos técnicos em torno da maturidade e disciplina do examinado para dirimir a dúvida, a fim de que o magistrado possa aferir o preenchimento do requisito subjetivo, no exercício do livre convencimento motivado.*

*[...]*

*No caso concreto, tem-se que para a progressão de regime não se trata tão somente de cumprir o lapso temporal necessário e apresentar o mero atestado de conduta carcerária, pois o ora Agravante foi condenado a uma pena total de 12 anos, 7 meses e 5 dias de reclusão, em regime inicial fechado, em razão de crimes de homicídio tentado, homicídio tentado privilegiado e ameaça, o que levou o magistrado singular a determinar a realização do exame criminológico, a fim de se "aferir os riscos de se colocar o sentenciado em contato amplo e irrestrito com a sociedade." Desta feita, o exame criminológico consubstanciado por um parecer psicológico poderá trazer a concretude necessária ao magistrado para acrescentar fundamentação a análise do benefício.*

*Portanto, cabível a análise do requisito subjetivo do reeducando com fundamento em seu comportamento carcerário, peculiaridades da conduta e com base em laudo psicológico.*

*[...]*

*Assim, irretorquível a decisão do magistrado da*

*instância singela, sendo que quanto ao prequestionamento a matéria foi debatida restando desnecessária a indicação pormenorizada.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência